2.º É constituída, na dependência da delegação da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade da 2.ª região aérea em Henrique de Carvalho, uma messe, designada por «Messe de Oficiais da Força Aérea», destinada a fornecer alojamento e alimentação a:

a) Oficiais e equiparados a oficial, sem suas famílias, em trânsito, que não pertençam ao aeródromo-base n.º 4 ou que, estando colocados nesta unidade, excedam a capacidade da respectiva messe;

b) Oficiais e equiparados a oficial, com suas famílias, em trânsito ou que não tenham residência atribuída na área da cidade de Henrique de Carvalho;

c) Eventualmente, outro pessoal da Força Aérea.

3.º É constituída, na dependência da delegação da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade da 2.ª região aérea no Negage, uma messe, designada por «Messe de Sargentos da Força Aérea», destinada a fornecer alojamento e alimentação a:

a) Sargentos e equiparados a sargento, sem suas famílias, em trânsito, que não pertençam ao aeródromo-base n.º 3 ou que, estando colocados nesta unidade, excedam a capacidade da respectiva messe;

b) Sargentos e equiparados a sargento, com suas famílias, em trânsito ou que não tenham residência atribuída na área da vila do Negage;

c) Eventualmente, outro pessoal da Força Aérea.

4.º É constituída, na dependência da delegação da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade da 2.ª região aérea em Henrique de Carvalho, uma messe, designada por «Messe de Sargentos da Força Aérea», destinada a fornecer alojamento e alimentação a:

a) Sargentos e equiparados a sargento, sem suas famílias, em trânsito, que não pertençam ao aeródromo-base n.º 4 ou que, estando colocados nesta unidade, excedam a capacidade da respectiva messe;

b) Sargentos e equiparados a sargento, com suas famílias, em trânsito ou que não tenham residência atribuída na área da cidade de Henrique de Carvalho;

c) Eventualmente, outro pessoal da Força Aérea.

5.º O funcionamento das messes referidas nos números anteriores será motivo de regulamentação a aprovar por despacho do Secretário de Estado da Aeronáutica.

6.º O pessoal atribuído às messes é o constante dos quadros anexos.

Presidência do Conselho e Ministério do Ultramar, 11 de Maio de 1962. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, *Kaulza Oliveira de Arriaga*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *A. Moreira*.

Messes de oficiais da Força Aérea e messes de sargentos da Força Aérea

A) Oficiais e oficiais milicianos

Designações	Negage		Henrique de Carvalho		Total
	Messe de oficiais e messe de sargentos				
Capitães ou subalternos de intenção e contabilidade	(a) 1	(a) 1			2

(a) É o gerente de ambas as messes.

B) Pessoal civil contratado

Designações	Negage		Henrique de Carvalho		Total
	Messe de oficiais	Messe de sargentos	Messe de oficiais	Messe de sargentos	
Pessoal de secretaria:					
Escriturários de 1.ª classe	1	1	1	1	4
Pessoal menor:					
Telefonistas	2	2	2	2	8
Pessoal de messe, refeitório e cozinha:					
Criados de 1.ª classe . . .	2	—	2	—	4
Criados de 2.ª classe . . .	—	2	—	2	4
Cozinheiros de 1.ª classe	1	—	1	—	2
Cozinheiros de 2.ª classe	—	1	—	1	2
Ajudantes de cozinheiro de 1.ª classe	1	—	1	—	2
Ajudantes de cozinheiro de 2.ª classe	—	1	—	1	2
Serventes de 3.ª classe . .	10	10	10	10	40
Total	17	17	17	17	68

Presidência do Conselho e Ministério do Ultramar, 11 de Maio de 1962. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*. — O Secretário de Estado da Aeronáutica, *Kaulza Oliveira de Arriaga*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 19 178

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 3.º do artigo 8.º do Decreto n.º 44 064, de 28 de Novembro de 1961, seja extinto o posto de registo civil da freguesia de Amoreira da Gândara, do concelho de Anadia.

Ministério da Justiça, 11 de Maio de 1962. — O Ministro da Justiça, *João de Matos Antunes Varela*.

Portaria n.º 19 179

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 2.º do artigo 8.º do Decreto n.º 44 064, de 28 de Novembro de 1961, seja criado um posto de registo civil na freguesia de S. João da Talha, concelho de Loures.

Ministério da Justiça, 11 de Maio de 1962. — O Ministro da Justiça, *João de Matos Antunes Varela*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica

que S. Ex.^a o Subsecretário de Estado do Tesouro, por seu despacho de 2 do corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPITULO 14.º

Casa da Moeda

Artigo 261.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» — 150 000\$00

Para o n.º 3) «Pessoal assalariado», alínea a) «Pessoal operário» + 150 000\$00

2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 5 de Maio de 1962. — O Chefe da Repartição, *Raul da Silva Baptista*.

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto n.º 44 339

Visto o n.º 8.º do artigo 4.º e o § único do artigo 3.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 31 665, de 22 de Novembro de 1941;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a importação, sob regime de draubaque, de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais, contínuas ou descontínuas, destinadas ao fabrico de fios, tintos ou não, ou de tecidos, mesmo tintos ou estampados, em cuja constituição entrem apenas uma daquelas fibras importadas ou misturas destas fibras entre si ou com outras fibras, mesmo naturais, que não tenham sido importadas em regime de draubaque.

Art. 2.º Restituir-se-ão os direitos correspondentes aos pesos, das fibras, importadas ao abrigo do regime de draubaque, contidas nos fios ou tecidos a exportar.

§ 1.º No caso de fios ou tecidos em cuja constituição entre apenas uma fibra, esse peso será conferido pela verificação aduaneira.

§ 2.º No caso de fios ou tecidos em cuja constituição entrem várias fibras, as quantidades das que foram importadas em regime de draubaque, e naqueles se contém, deverão ser declaradas pelo exportador e confirmadas por análise a efectuar no laboratório da Direcção-Geral das Alfândegas.

Art. 3.º A exportação dos tecidos a que se refere o presente decreto deverá efectuar-se no prazo de dois anos, a contar da data da importação da respectiva matéria-prima.

Art. 4.º É permitido aos importadores, sem dependência de prévio despacho ministerial, usar da faculdade de garantir os direitos, nos termos do artigo 443-A do Regulamento das Alfândegas.

Art. 5.º São revogados os Decretos n.ºs 43 170, 43 569 e 44 144, respectivamente de 21 de Setembro de 1960, de 28 de Março de 1961 e de 2 de Janeiro de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Maio de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa*.

MINISTÉRIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR

Portaria n.º 19 180

De acordo com o estabelecido na alínea f) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41 990, de 3 de Dezembro de 1958:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Marinha e do Ultramar, criar no Comando da Defesa Marítima de S. Tomé a Estação Radionaval de S. Tomé e o Posto Radionaval do Príncipe.

Ministérios da Marinha e do Ultramar, 11 de Maio de 1962. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *A. Moreira*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que na versão portuguesa da Convenção n.º 81 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a inspecção do trabalho, aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 44 148, devem ser feitas as seguintes rectificações:

1.º No último período do n.º 1 do artigo 34, onde se lê: «A denúncia só produzirá efeitos após o seu registo», deve ler-se: «A denúncia só produzirá efeitos um ano após o seu registo».

2.º Na última parte do artigo 36, onde se lê: «que tenham sido registadas nos termos dos artigos pendentes», deve ler-se: «que tenham sido registados nos termos dos artigos precedentes».

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 30 de Abril de 1962. — O Director-Geral Adjunto, *Armando Ramos de Paula Coelho*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo informação prestada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, o Governo da Itália depositou, em 25 de Janeiro de 1962, o instrumento de ratificação do Acordo internacional do trigo de 1959.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 30 de Abril de 1962. — O Director-Geral, *Albano Pires Fernandes Nogueira*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 44 340

Considerando que foi designado o arquitecto Luís Machado de Sá Marques para proceder à elaboração do projecto da obra de construção da cadeia comarcã e do